UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JÚLIA FLÁVIA ALÍPIO

# EDUCAÇÃO ESCOLAR E LIVROS DIDÁTICOS:
## A produção de signos culturais na República Brasileira (1889-1900)

Campinas
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JÚLIA FLÁVIA ALÍPIO

# EDUCAÇÃO ESCOLAR E LIVROS DIDÁTICOS:
## A produção de signos culturais na República Brasileira (1889-1900)

Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, como exigência parcial para a conclusão do curso de Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior.

Campinas
2018

JÚLIA FLÁVIA ALÍPIO

# EDUCAÇÃO ESCOLAR E LIVROS DIDÁTICOS:
## A produção de signos culturais na República Brasileira (1889-1900)

Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, como exigência parcial para a conclusão do curso de Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior.

Campinas, 2018.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior

_____

Segundo leitor: Prof. Dr.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

AL46e

Alipio, Julia Flavia, 1995-
Educação escolar e livros didáticos : a produção de signos culturais na República brasileira(1889-1900) / Julia Flavia Alipio. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Arnaldo Pinto Junior.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. República - Brasil. 2. Escolarização. 3. Livros didáticos. I. Pinto Junior, Arnaldo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Titulação:** Licenciado
**Banca examinadora:**
Markley Florentino de Carvalho
**Data de entrega do trabalho definitivo:** 06-12-2018

## AGRADECIMENTOS

> Formatura: “formar” é colocar na fôrma, fechar. Um ser humano “formado” é um ser humano fechado, emburrecido. Educar é abrir. Educar é “desformar”. Uma festa de “desformatura” (RUBEM ALVES, 2010).

Concluir esse trabalho é encerrar um ciclo importante de amadurecimento, resiliência, conhecimento e gratidão.

A origem da palavra importante é do latim importans, o que significa importar, ou seja, colocar para dentro. Assim foram esses anos, anos que importei pessoas, conhecimentos, sorrisos, satisfações, frustrações e agora por fim, importando o sonho de findar mais um ciclo.

Agradeço ás pessoas que me acompanharam nesses anos, algumas mais presente do que outras, ás que sempre acreditaram e ás que estão acreditando agora, eu consegui.

Agradeço a persistência, a fé, a paciência e os medos que me fizeram arriscar, não me abandonei nesse processo tão intenso.

Agradeço a paz e a incerteza que floresce com cada dia que me despeço dessa graduação.

Agradeço por me formar, mas, como diz Rubem Alves, na verdade, agradeço a minha “desformatura”.

**RESUMO**

Esse trabalho abordou a transição histórica do Brasil Monarquia para o Brasil República, marcada pela decadência e a falta de apoiadores do Império, que se destacaram durante a Proclamação e a expansão dos discursos republicanos. A escolarização através dos livros didáticos foi um projeto da educação republicana para consolidar esse ideal político e promover a estabilização social. O objetivo foi conhecer o processo da escolarização após a Proclamação, como parte do projeto político republicano para a aceitação social, e, compreender como os livros didáticos, foram utilizados como propagadores dos bons costumes na consolidação do novo cidadão republicano. Para o conhecimento histórico acerca da transição do momento político, da estrutura escolar republicana e do papel dos livros didáticos, foi realizada a pesquisa das fontes históricas dos jornais da época e das referências bibliográficas em abordagens aos discursos delineados entre diferentes autores, tais como: Souza (1998), Bittencourt (1989), Carvalho (1987, 1990), Sodré (1963), Leão (1923, 1926, 1932), Panizzolo (2006, 2010, 2016), Belo (2014) entre outros, que abordam o tema da escolarização após a Proclamação da República Brasileira. O recorte temporal se situa entre as representações das últimas duas décadas do século XIX, marcadas por diversas transformações políticas sociais, como o fim da monarquia, os crescentes discursos republicanos, a chegada da mão de obra imigrante, o distanciamento do Estado com a igreja, por apresentarem os fatores primordiais para a mudança no cenário político, bem como na estrutura social, que alimentaram a consolidação da República e da escolarização. A educação escolar abordada, nas análises dos discursos representaram os ideários republicanos sobre a escolarização em massa relacionados com a promessa do ensino público, laico e gratuito, como um caminho para fortalecer a República, bem como moldar o novo cidadão republicano. Em suma, o discurso republicano sobre a escolarização em massa foi um caminho para a doutrinação popular, para a reprodução cultural, para a criação e a consolidação de um cidadão ideal republicano. Tendo como um dos seus propagadores, propriamente, os livros didáticos oferecidos nas escolas públicas após a Proclamação.

**Palavras-chave:** República. Escolarização. Livros didáticos.

**ABSTRACT**

The historical transition from the Brazilian Monarchy to the Brazilian Republic was marked by the decline and lack of supporters from the empire who contributed to the proclamation and expansion of republican speeches. The process of schooling through didactic books was a republican educational project to consolidate this political moment and promote the social stabilization. This work will present this political transition, how the birth of a new historical moment was made possible by the ideals of social transformation, the republican school after the proclamation as part of the political project for the consolidation, the social acceptance of these ideals and the didactic books as being responsible for the propagation of good customs in the creation of the new republican citizen. To ground the transition of the political moment, the republican school structure and the role of the didactic books, it was made a research of the historical sources of the newspapers of that time, bibliographical references, scientifical articles and academic productions about the dialogues between the ideas of different authors, such as: Souza (1998), Bittencourt (1989), José Carvalho (1987, 1990), Sodré (1963), Leão (1923, 1926, 1932), Panizzolo (2006, 2010, 2014), Belo (2014) and others, that approached the topic of schooling after the proclamation of the Brazilian Republic. The last two decades of the 19th century were marked by many social and political changes, the abolition of slavery, the end of the monarchy, the spread of republican speeches, the arrival of immigrant labor and the detachment between the church and the state, all of which were main factors for a change on the political scenario as well as in the social structure. It became necessary to consolidate the republic through schooling and the creation of cultural signs that could unite the heterogeneous people of the country. The school education addressed on the analysis of the speeches represent the republican ideals about mass schooling and the promise of public, secular and free education as a path to strengthen the Republic, as well as shape the new republican citizen. To summarize, the republican speech about mass schooling was a path to the indoctrination of people and the creation of an ideal republican citizen. This consolidation and cultural reproduction was made through didactic books offered at the public schools after the Proclamation.

**Keywords:** Republic. Scholarization. Didactic books.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**FIGURA 1 -** Capa do jornal Província de São Paulo (1889) ..... 23

**FIGURA 2 -** Capa do jornal Correio do Povo – Rio de Janeiro (1889) ..... 24

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....07

CAPITULO I – A PROCLAMAÇÃO DO NOVO REGIME E OS IDEAIS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL..... 10

1.1 O Fim na Monarquia: a Queda do Império e o Início da República Brasileira..... 10
1.2 Aspectos Históricos da Proclamação da República..... 13
1.3 Discurso da Escolarização em Massa e as Questões da República..... 17

CAPITULO II - A ESCOLA PÚBLICA E OS LIVROS DIDÁTICOS..... 23

2.1 As Estruturas Físicas e Pedagógicas das Escolares Republicanas..... 24
2.2 Escola Republicana e os Livros Didáticos..... 26
2.3 Educação Escolar e Livros Didáticos: os Conteúdos e as suas Divisões..... 28
2.4 Primeiros Livros de Leitura: Anos Iniciais da Escola Pública Republicana..... 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 32

REFERÊNCIAS..... 35

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho narra alguns aspectos do período de transição Brasil Monarquia para Brasil República Velha entre os anos de 1889 – 1900, como tornou-se possível através do discurso da escolarização em massa e das práticas escolares, consolidar o regime e o novo cidadão republicano, com o fim dos novos signos culturais.

Esse trabalho fundamenta-se inicialmente em conhecer os aspectos históricos da queda da monarquia, a falta de apoiadores ao Império, o surgimento de promessas sociais inovadoras a partir da Proclamação da República, entre elas a escolarização em massa como dever do Estado e direito de todo cidadão.

A estrutura escolar e a distribuição de livros didáticos foram ambos parte do projeto educacional republicano, para construir signos culturais, consolidar o momento político e homogeneizar a população brasileira.

O recorte temporal da pesquisa se dá no período histórico a partir dos anos de 1889 até meados de 1900, com a crescente disseminação dos discursos transformadores, a promessa da escolarização em massa e a produção de livros didáticos, período da República em que se busca um caminho possível para a estabilidade política social republicana após a transição política.

A escolha desse tema se fundamentou pela importância histórica da Proclamação da República brasileira para o nascimento da escola pública no país, como uma instituição de educação que reproduziu e reproduz até hoje os interesses dominantes políticos.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, no capitulo 1 o objetivo específico é compreender a narrativa sobre o processo histórico do fim monárquico, o início republicano e as promessas do novo momento político.

O capítulo I “A proclamação do novo regime e as promessas de transformação social”, trata a respeito da transição do Brasil monarquia para a Brasil República Velha, dos aspectos da queda do império decorrente à falta de aliados, dos registros históricos ocorridos no processo da Proclamação da República em criar o pertencimento nacional, das representações do discurso da “escolarização em massa” e os ideais pregados para “essa escolarização”.

Já no capítulo II “A escola pública e os livros didáticos” narra as estruturas escolares republicanas físicas e pedagógicas, destacando o uso dos livros didáticos, afim de explicitar quais eram os seus conteúdos e as suas divisões, por exemplo, as séries graduadas e as séries isoladas que foram os primeiros livros de leitura destinados aos anos iniciais da escola pública republicana.

Nas considerações finais, sintetiza-se as ideias apresentadas nos capítulos anteriores de uma forma geral e faz um comparativo com a atualidade educacional brasileira.

Na metodologia da pesquisa buscou-se os referenciais teóricos para o embasamento de ambos os capítulos, partir de diversos autores que abordam a temática da escola republicana. E, entre as fontes históricas foram pesquisados jornais históricos que trazem os aspectos históricos a respeito da escolarização na República.

Nessa perspectiva, dentre os autores como Souza (1998), Bittencourt (1989), José Carvalho (1987, 1990), Sodré (1963), Leão (1923, 1926, 1932), Panizzolo (2006, 2010, 2016), Belo (2014), foram arrolados na pesquisa com uma discussão a respeito do período histórico de transição política e a formação da escola republicana, sob os aspectos da sua função e do modo em que se desenvolveu a sua consolidação nesse processo histórico.

O papel da educação na República como um projeto civilizador traria soluções para consolidar o cenário político social, como comentado por Panizzolo e Belo:

> Segundo Souza (1998), para que à educação fosse atribuído o poder de conciliar e de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e à escola fosse atribuída a missão de trazer soluções. Desse modo, arquitetou-se um completo projeto civilizador, no qual a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social (PANIZZOLO; BELO, 2016, p.369).

Os motivos do atraso da sociedade brasileira, segundo os republicanos, seriam justificados primeiramente, pela falta de investimentos na escolarização popular durante o império, ou seja, em uma educação pública, gratuita, laica e para todos.

Segundo Magaldi e Schueler (2009), a Proclamação da República foi uma esperança de esquecer os problemas do Império, o surgimento e a consolidação do novo regime seria o marco de um novo momento político e histórico, mais moderno e mais participativo.

Como um caminho possível para que ocorra uma consolidação, ou seja, consolidar com o objetivo de afirmar uma ideia ou prática sobre o outro.

Diante desta colocação, Bourdieu (1989), também afirma que essa possibilidade de consolidação, seria por meio dos poderes de dominação simbólicos impostos pelo Estado, como ações de coerção através da violência simbólica (violência não física), ou seja, sobrepondo valores morais e culturais considerados dominantes, como uma forma de demonstrar o poder Estatal sobre a sociedade, criando uma dominação superior patronizada.

Em segundo lugar, no caso da República Brasileira, o novo regime também, precisaria consolidar o sentimento de pertencimento nacional, e um exemplo de ação coerciva do Estado foi através do código penal de 1890, que proibia o uso de línguas estrangeiras em espaço

público, essa medida por sua vez, obrigava a população falar a língua local, no caso, o português. Uma vez que 80% da população em 1890 era composta por negros e imigrantes, não havia uma única língua, o que dificultava a comunicação dos diferentes grupos. Dessa maneira, a língua local seria uma incorporação em comum entre os diferentes imigrantes presentes no país, aproximando-os. A padronização através de uma única língua reconhecida era um caminho a se promover um sentimento de nacionalismo na população heterogenia, uma vez que, o uso de diferentes idiomas dificultava a luta e a defesa por interesses e direitos em comuns. Se uma população dispersa comprometia a consolidação da república, cada vez mais se aspirava pelo nacionalismo, afim de que fortalecesse na população o desejo de pertencimento e defesa nacional.

Segundo Nagle (1976), as primeiras manifestações nacionalistas apareceram de maneira mais sistemática através da abordagem da escola pública, com o fim de acentuar uma visão patriótica. De acordo com esse discurso, a escola, os livros didáticos e os professores foram os canais propagadores da educação para os cidadãos, com encaminhamentos de valorização do nacionalismo e os saberes necessários para a criação do novo cidadão republicano brasileiro.

# CAPÍTULO I – A PROCLAMAÇÃO DO NOVO REGIME E OS IDEAIS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

> Em primeiro lugar, o Império era, sem qualquer dúvida, a representação, no Brasil, de uma velha estrutura, que já não tinha condições de vigência, pelo menos nos moldes tradicionais em que se anquilosara. Gerado das imposições da classe dominante que empresara a autonomia, e que a desejara com o mínimo de alterações, já não satisfazia, numa fase em que profundas alterações tinham lançado raízes no país (SODRÉ, 1963 p.293).

Para Sodré (1963), a falência imperial brasileira refletia na situação geral, uma vez que, o pais estava sob os interesses de uma classe dominante em um sistema político falido e sem perspectiva de desenvolvimento. Nesse momento vários discursos sugiram como uma possível solução, o discurso republicano como uma esperança de um sistema político mais participativo e moderno se espalhava, como uma possível restauração do pais após o período do Império.

O Brasil nas últimas décadas do século XX enfrentava várias mudanças sociais e políticas o que contribuiu para a Proclamação da República em 1889, na qual, a promessa do discurso republicano ganhava apoiadores em contrapartida a Monarquia chegava ao fim.

A população ansiava pelas promessas do sistema republicano, os opositores da Monarquia não viam outra alternativa senão instaurar a República e reestruturar o pais, as mudanças sociais refletiam na política que precisava se estabilizar.

Com a política estabilizada seria mais fácil o desenvolvimento econômico do pais com o apoio da população que desejava melhores condições de vida.

Os principais motivos da falência imperial e quais foram as esferas sociais opositoras da monarquia serão narrados a seguir como um processo de diversos acontecimentos que desencadearam a proclamação republicana.

## 1.1 O Fim na Monarquia: a Queda do Império e o Início da República Brasileira

A Monarquia enfraquecida e com vários opositores despertava nos republicanos a esperança da Proclamação. Superar a decadência Imperial e reparar as suas falhas, era um caminho para o crescimento da nação, sendo assim, a República seria um marco histórico para o desenvolvimento de uma nova nação que nasceria. Várias foram as motivações para o fim da Monarquia, uma delas a estrutura falida e com crescentes opositores favoreceram a Proclamação da República:

> (...) Aponta, entre os fatores da proclamação da República, a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da República promovida por meio de livros e jornais, a corrupção política e a deficiente administração do Império, a perniciosa influência do poder pessoal, a atuação do "numeroso partido republicano" existente em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a repercussão da Lei Áurea, a atitude da Armada e do Exército, a má disposição em relação a um terceiro reinado (...) (COSTA, 1987, p.289).

Além das mudanças nas estruturas do trabalho e da necessidade de uma mão de obra mais industrial do que rural, como cita Costa (1987), os discursos republicanos foram se espalhando pela população através dos meios de comunicação sociais da época, não era apenas a força de trabalho que mudará, mas também, a estrutura social do pais com a crescente insatisfação popular o discurso republicano ganhava aliados.

No Brasil durante as últimas décadas do século XIX houve uma crescente insatisfação social contra a monarquia brasileira, Costa e Sodré comentam alguns fatores que contribuíram para essa insatisfação, uma vez que várias estruturas estavam se dispersando da Monarquia e ansiando pela República:

> O declínio do Império foi assinalado por episódios, problemas e soluções já muito discutidos, o da nova lei eleitoral, ampliando a consulta popular, o da questão servil, ampliando o campo, o trabalho livre, o da questão religiosa, mostrando contrastes dentro da mesma classe, o da questão militar, assinalando o fluxo da classe média, o da federação, denunciando uma reação contra a rigidez do sistema (SODRÉ, 1963 p.295).

Entre os fatores ocorridos na esfera do grupo de grandes fazendeiros que se mostravam insatisfeitos com a Monarquia; estavam a promulgação da Lei Áurea (1888), a mão de obra escrava escassa com o êxodo dos escravos para as cidades, que também, enfraquecia o plantio e a colheita no campo, enfim, dentre estes fatores, o comércio de negros que era muito rentável para os senhores dá época, se findava drasticamente.

Na esfera religiosa, o decreto de desvalorização da Santa Sé por D. Pedro II, o qual o império não reconhecia os feitos e influencias eclesiásticas sobre sociedade e a política brasileira, a indiferença política frente ao catolicismo agravou o descontentamento por parte dos seguidores da igreja contra a monarquia.

Outra esfera da sociedade, que estava insatisfeita era a dos oficiais do exército brasileiro frente à desvalorização profissional e salarial principalmente após a Guerra do Paraguai (1864-1870), e por fim, a classe média urbana questionava e reivindicava ascensão e participação significativa na política, que até então era composta apenas por grandes fazendeiros, a busca

por uma política mais participativa agravava a situação da monarquia brasileira que caminhava para o fim.

De um modo geral, os senhores de engenho, a igreja, e por fim os militares foram os principais pilares que enfraqueceram a Monarquia, como afirma Costa:

> [...] As classes escravagistas, os fazendeiros de café e alguns senhores de engenho abandonaram o imperador e se puseram contra a Monarquia depois da Abolição. [...] Todavia, por menor que fosse a influência da Igreja e por maior que fosse a hostilidade de certos meios anticlericais contra ela, o prestígio da Igreja era ainda bastante forte para lançar contra o Trono boa parte da população ou pelo menos para torná-la indiferente aos destinos da Monarquia. A terceira causa imediata que provoca a queda do Império, esta a seu ver bem mais positiva, é a perda do apoio militar em virtude de uma série de incidentes sem importância, mais de caráter disciplinar do que político, e inspirados pelo espírito de classe (COSTA, 1987 p.436-437).

Uma vez que a Monarquia brasileira se findava pela falta de aliados, como grandes fazendeiros, a igreja e os militares, a Proclamação República foi um estopim para consolidar o cenário idealizado pelos republicanos, dessa forma, a chegada do novo regime era uma expectativa positiva para os que tanto a desejava:

> A Proclamação da República é o resultado, portanto, de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão[...] (COSTA, 1987 p.452).

A falência da Monarquia foi um processo desgastante, a falta de apoiadores surgia mediante as mudanças políticos sociais que aumentavam a instabilidade política da época. Caracterizado como um país que sempre contou com classes dominantes no poder, que massacravam os negros, os mais pobres e negavam seus direitos, o aumento do poder nas mãos dos donos de terras sobre a política sufocava qualquer esperança de crescimento.

O discurso republicano por sua vez, se oponha a realidade imperial vivida, trazia a promessa de uma política moderna e mais participativa não apenas com deveres, mas também direitos. A seguir, é possível perceber como a esperança republicana logo se dissipou, os apoiadores da Proclamação reforçavam a ideia de um novo momento político que chegava ao Brasil, traria mudanças políticas sociais positivas e que deveria a partir de então ser consolidado por todos.

## 1.2 Aspectos Históricos da Proclamação da República

Com o crescimento dos discursos republicanos na sociedade brasileira, como um sistema político mais participativo, foi então a partir da proclamação da República em 1889, o momento ideal para trazer o povo mais perto da realidade política afim de promover e fortalecer o novo regime, como afirma Carvalho:

> [...] Tratava-se da primeira grande mudança de regime político após a independência. Mais ainda: tratava-se da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o proscênio da atividade política (CARVALHO, 1987, p.11).

Um outro ponto agora ressaltado por Sodré (1963), cita a República como oposto da Monarquia, ou seja, como renovação para a esferas econômicas, sociais e da política brasileira:

> A República importava, sem dúvida, em dar alguns Passos à frente na alteração de uma estrutura obsoleta. O império era a reação e o atraso, e o conformismo com ambos. A República abria perspectivas a reformas intransferíveis. O aparelho de Estado antiquado, verdadeiro trambolho, já não correspondia à realidade econômica, social e política (SODRÉ, 1963 p.275).

Nos primeiros dias após a Proclamação da República, os principais jornais da época anunciaram a chegada do novo regime com grande entusiasmo, uma vez que esse era o desejo da maioria da população.

As manchetes davam as boas-vindas a República, o resumo e as notícias enfatizavam a exaltação e gratidão ao exército brasileiro que protagonizou essa transição, como mostram os discursos dos três jornais A Provincia de São Paulo, Correio do Povo e Gazeta da Tarde, os quais foram as fontes da pesquisa para a representação do discurso. Segue abaixo a (Figura 1) que representa o jornal A Provincia de São Paulo:

**Figura 1** - Capa do jornal A Provincia de São Paulo (atualmente denominado O Estado de São Paulo), edição de 16 de novembro de 1889[1]

ANNO XV

A Provincia de São Paulo

REDACTOR POLITICO—P. RANGEL PESTANA | Sabbado, 16 de Novembro de 1889 | REDACTOR-GERENTE—JULIO MESQUITA

VIVA

A

REPUBLICA

**Fonte:** acervo.estadao.com.br.

O jornal A Provincia de São Paulo era conhecido por se opor ao império expondo suas falhas e fortalecendo a insatisfação popular. Por sua vez, apoiaram a Proclamação da República que atendia as expectativas dos financiadores do jornal, por exemplo, grandes fazendeiros paulistas.

[1] Capa histórica para o jornalismo brasileiro por ser uma das edições mais vendidas do século XIX.

Segundo Ferraz (1989), o jornal Correio do Povo (Figura 2) foi fundado em 1888 por João das Chagas Lobato e João Batista de Sampaio Ferraz (promotor público), defendeu fortemente a Proclamação da República brasileira por simpatizar com os ideais da Revolução Francesa.

**Figura 2** - Capa do jornal Correio do Povo (Rio de Janeiro) em 15 de novembro de 1889.

ANNO I — Rio de Janeiro — Sabbado 15 de Novembro de 1889 — N. 115

CORREIO DO POVO

ORGÃO REPUBLICANO

REDACTOR-CHEFE — SAMPAIO FERRAZ

ASSIGNATURA ... REDACÇÃO, TRAVESSA DO OUVIDOR N. 14 ... GERENCIA E TYPOGRAPHIA, RUA DO HOSPICIO N. 137 ... ASSIGNATURA

VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA!

VIVA O EXERCITO -- VIVA A ARMADA!

VIVA O POVO BRAZILEIRO!

PROCLAMAÇÃO

**Fonte: unicamp.br/iel/memorias**

O fragmento a baixo é do jornal paulista Gazeta da Tarde, edição de 15 de novembro de 1889:

> A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade. Foi o exército quem operou esta magna transformação; assim como a de 7 de abril de 31 ele firmou a Monarquia constitucional acabando com o despotismo do Primeiro Imperador, hoje proclamou, no meio da maior tranqüilidade e com solenidade realmente imponente, que queria outra forma de governo. Assim desaparece a única Monarquia que existia na América e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria a seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a Democracia! Viva a Liberdade! (GAZETA DA TARDE, 1889).

Assim como o jornal A Provincia de São Paulo, a Gazeta da Tarde também criticava a Monarquia brasileira e apoiava a República, os grandes fazendeiros paulistas financiavam o jornal.

Após a Proclamação da República, gradativamente o sentimento de pertencimento ao novo regime se expandiu, as promessas por sua vez, passaram a serem cobradas por parte da população como a busca por uma maior participação política que se intensificou entre as esferas sociais, resultando em várias mobilizações, como rebeliões militares, greves, e reivindicações pelo espaço político popular cresciam na república:

> [...] Os primeiros anos da República foram de repetidas agitações e de quase permanente excitação [...]. Os militares julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente. Rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar, a esquadra nacional em peso. [...]. Os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram se organizar em partidos, promoveram greves, seja por motivos políticos, seja por defesa de seu poder aquisitivo erodido pela inflação. Ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital. Pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos (CARVALHO, 1987, p.22-23).

Um clima de instabilidade política surgiu juntamente ás várias mobilizações e reinvindicações populares que se espalharam pelo pais, a cobrança por melhorias sociais e por uma política mais participativa incentivaram tais movimentos. Tornando-se necessário promover uma estabilidade social, ou seja, uma sociedade mais satisfeita que defenderia e a acreditaria na república, através de uma identidade, sentimento de pertencimento e aceitação coletiva.

Para Carvalho (1987), a importância da população começar a acreditar nesse novo momento político se dá pela necessidade em criar um imaginário social, ou seja, através da disseminação de ideologias, utopias, símbolos, rituais e mitos, seria possível consolidar o projeto republicano a fim de satisfazer e fortalecer o sentimento de pertencer a esse novo regime político e também unificar a população heterogenia da época.

Para os republicanos, uma das maneiras de se criar um imaginário social, seria através do fortalecimento do nacionalismo e patriotismo atrair aliados ao novo regime, dessa maneira a escolarização seria um passo importante e moderno na época para assegurar o desenvolvimento, aceitação e consolidação do cenário político social, fortalecendo a ideia da escolarização em massa, ou seja, para toda a população. Como cita Costa:

> Os republicanos mistificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanas (...) (COSTA, 1987, p.15-16).

Uma vez que umas das grandes promessas da República era escolarização para todos, a educação passaria a reproduzir valores culturais, segundo Costa (1987). A população ansiava pela escolarização, saber ler e escrever eram privilégios de poucos da época, os índices de analfabetismo eram altíssimos, com mais crianças nas escolas era possível doutrinar, produzir os signos republicanos e promover a estabilidade política.

A escola republicana surgiu durante os primeiros anos republicanos nos grandes centros urbanos com estruturas grandiosas que engrandeciam a instituição escolar e intrinsicamente refletiria no público que iria frequentá-la. Com o objetivo de ensinar e principalmente transmitir signos culturais a população, a questão que perpassa o discurso da escolarização em massa seria: "como e para quem seria essa educação?"

## 1.3 Discurso da Escolarização em Massa e as Questões da República

De acordo com Veiga (2005), a obrigatoriedade escolar precisa ser compreendida como um acontecimento político relacionado à necessidade em se produzir uma consciência de pertencimento nacional. Ao estabelecer a obrigatoriedade escolar como estratégia de produção da nação, a elite política e intelectual construiu um imaginário de sociedade, estabelecendo como pressuposto a necessidade da população de uma identidade coletiva através da definição de valores, hábitos, atitudes, ou seja, de gestos e expressões que deveriam ser compartilhados por todos e cuja possibilidade estaria na homogeneização cultural popular.

Os autores Carvalho (1990) e Veiga (2005) citam a importância em concretizar os valores morais éticos ideológicos para o período republicano, uma vez que o período monárquico foi marcado por desigualdades étnicas raciais alarmantes, ausência de um aprendizado cívico, direitos e deveres básicos sociais para todos. Como afirma Leão:

> A educação popular é tão necessária a uma nacionalidade, como respirar e comer. Se o povo não se educa, que é o mesmo que dizer, não se orienta, não se organiza, para atestar na civilização o seu direito de existência e de triunfo, dissolve-se e aniquila-se. Oitenta por cento de nosso povo não sabe ler nem escrever, não conhece um ofício, não tem uma profissão, não pode ser uma força produtora, uma fonte de riqueza nacional (LEÃO, 1923, p.301-303).

A escolarização incentivaria a modernização social, através de novos discursos e ensinamentos a população desenvolveria novos hábitos desde os mais básicos como higiene pessoal até os comportamentais como direitos e deveres. A educação popular seria um caminho para implantar os novos princípios dessa sociedade, não apenas ensinando a ler e a escrever, mas também as políticas básicas do bom convívio, a importância em se respeitar as leis e as regras para a construção desse novo indivíduo social.

Segundo Bittencourt (1993), esse período é marcado pela constituição de um saber escolar e pela transformação de uma sociedade escravagista em uma sociedade do trabalho livre, ou seja, a realidade social vivida até então era totalmente voltada ao trabalho e a exploração, o direito da escolarização do saber ler e escrever era um privilégio das famílias ricas e não uma oferta obrigatória e gratuita do Estado. Uma vez que, para se constituir uma sociedade livre perpassava a ideia apenas da mão de obra remunerada, mas também, o incentivo a educação, a qualidade da mão de obra, aos direitos e deveres do povo.

Com a República brasileira proclamada, a população encontrava-se esperançosa para as tais mudanças tão prometidas pelos republicanos, o Brasil nasceria novamente após o fracasso monárquico, e precisaria ser consolidado.

A partir de então, o papel da escola se daria em reproduzir os interesses do projeto republicano brasileiro na formação da nova sociedade, e como um instrumento de objeto cultural indispensável para essa reprodução, foi o uso dos livros didáticos nos anos iniciais escolares. Como afirma, Souza:

> Criar uma escola mais racionalizada e padronizada atendia às necessidades de um projeto de integração social e política julgado fundamental para a consolidação da República. Por isso, a escola primária foi concebida como fator de ordem e moralização pública e a democratização e a renovação do ensino consideradas condições imprescindíveis para a consecução do imaginário republicano de progresso e reforma social (SOUZA, 1998 p.28).

Para Souza (1998) a estrutura escolar não se limitava aos conhecimentos específicos, mas também como consolidadora dos valores morais republicanos, por isso o ensino deveria ser renovado.

A escola seria uma novidade republicana atraindo aliados que defenderiam e fortaleceriam o regime, consolidando os novos costumes e valores:

> [...] A escola pública emerge os sentidos dessa relação intrínseca- é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e consolidação do novo regime: é a escola da República e para a República [...] responsabilizada pela formação intelectual e moral do povo, a educação popular foi associada ao projeto de controle e ordem social, a civilização vista

> da perspectiva da suavização das maneiras, polidez da civilidade e da dulcificação dos costumes (SOUZA, 1998, p.27).

Para Souza (1998), a escolarização ofertada do regime republicano estaria a serviço do discurso político engajado pela República. Ou seja, a escola, além de estabelecer o contato com as diferentes ciências, formaria cidadãos republicanos que reproduziram o discurso político, os quais desenvolveriam os signos culturais afim de uma consolidação.

Sob uma outra perspectiva, para Teixeira (1956), a educação era um caminho de consolidar inicialmente a liberdade do povo e consequentemente manter este sob os interesses do regime republicano:

> A democratização do poder restituiu ao povo uma tal soma de autonomia, que em todos os ramos da administração é hoje indispensável consultar e satisfazer suas necessidades. Já que a revolução entregou ao povo a direção de si mesmo, nada é mais urgente do que cultivar-lhe o espirito, dar-lhe a elevação moral de que ele precisa, formar-lhe o caráter para que saiba querer... A instituição do povo é, portanto, sua maior necessidade. Para o governo, educar o povo é um dever e um interesse: dever, de formar escolas; interesse, porque só é independente quem tem o espírito culto e a educação cria, avigora, mantém a posse da liberdade (Teixeira, 1956, p.51).

De acordo com essa perspectiva, o sentimento de liberdade encontrava-se nas entre linhas sociais, uma vez abolida a escravidão, o crescente êxodo rural, a chegada dos imigrantes e com o nascimento república, o país já apresentava uma nova conjuntura social heterogenia, aspirando as promessas do novo regime, que defendia e acreditava na educação.

A educação até então esteve presente de forma tímida durante a monarquia brasileira, não havia prédios próprios para a educação ou qualquer preocupação com o material didático ou divisão do ensino por faixa etária, o que era de mais comum na época, ás famílias mais ricas da época "contratavam" uma professora para ensinar as letras e os números de forma básica para os filhos, que futuramente iriam estudar no exterior, na Europa, por exemplo.

Como afirma Faria Filho e Vidal:

> [...] tais "escolas" utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos e/ou filhas dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. O pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, em geral um fazendeiro (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 21).

Segundo Cunha (1986), com a República surgiram as reformas educacionais, e neste contexto, cabe destacar o nome de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891) chefiou o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, promoveu a primeira reforma

educacional constitucional brasileira, dividindo a educação em dois ciclos, primeiro ciclo de 7 a 13 anos e o segundo ciclo de 13 a 15 anos. A educação deveria ser ofertada de forma pública, gratuita, laica e para todos, oferecida em espaços específicos e com profissionais contratados pelo governo.

A lei que em tese garantiria o livre acesso das crianças e jovens do território brasileiro o direito de estudar em uma escola pública, na prática não ocorreu para todos. As estruturas físicas, a localização das escolas, os grupos escolares e a educação oferecida propositalmente selecionavam o público a qual essa educação iria assistir. O espaço físico escolar, por exemplo, se dava organizado de forma sistemática e patronizado e urbano, como afirma Faria Filho e Vidal:

> [...] Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas[...] (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25).

Para Wolff (1992), a arquitetura escolar pública nasceu com o papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza da república.

As escolas foram construídas em áreas urbanas das cidades mais populosas da época, com maior concentração de renda, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, não existia um regulamento a ser seguido, geralmente os filhos dos grandes fazendeiros se matriculavam e o professor avaliaria sua classificação de sala, nível de conhecimento e alfabetização, por exemplo. Souza, faz uma observação sobre a idade dos alunos matriculados:

> As crianças entravam mais tarde na escola, a maior parte com 8 ou 9 anos de idade. O início da escolarização não ocorria comumente aos sete anos de idade. A diferença entre meninos e meninas é pequena. O dado mais interessante, contudo, é a presença de alunos no 1º ano com 12, 13 e 14 anos (SOUZA, 1998, p.115).

Por mais que a obrigatoriedade da escolarização fosse assegurada por lei, em assistir a todos da época, sem distinção de cor ou classe, isso não ocorreu por várias razões: as escolas foram construídas para um determinado público, como por exemplo, a localização predominantemente urbana, a estrutura física mais moderna, e principalmente pela sociedade

heterogênea, composta por inúmeros imigrantes europeus, negros alforriados, comerciantes e alguns senhores de engenho. Como cita Leão (1926):

> Num país de imigração como o Brasil, onde todas as raças terão de caldear, ao lado da perfeita igualdade entre os filhos de classes diferentes e de povos diversos, deve ser revigorado, na escola, o espírito de unidade nacional, de congraçamento dos irmãos do continente e, afinal, de simpatia e de afeto entre as nações (...) (LEÃO, 1926, p.137).

Os imigrantes concentravam-se em sua maioria no campo, onde não havia escolas, além do mais, os filhos dos imigrantes trabalhavam com os pais para ajudar na renda familiar, o que era muito comum na época, desta forma, como seria possível uma criança imigrante, muitas vezes, sem o domínio da língua portuguesa, morando longe da escola e trabalhando o dia todo, como frequentaria o ambiente escolar?

As distâncias não eram apenas geográficas ou temporais, mas também sociais, por exemplo, por mais que os negros estivessem livres da escravidão, ainda estavam à margem da sociedade, vivendo em cortiços (futuras favelas) e em situação desumanas.

Os ex-escravos lutavam pela sobrevivência, como alimentação, moradia, e algum trabalho pouco remunerado. Como as crianças negras ingressariam na escola, sem ao menos terem comida ou onde morar? Não esquecendo a devastadora discriminação da época, onde a presença branca perpassava tudo e qualquer outra etnia, brancos e negros raramente frequentavam os mesmos lugares e quando isso ocorria, causava grande desconforto em ambos: os brancos se sentiam superiores e consideravam inaceitável estarem no mesmo ambiente que um negro, e o negro muitas vezes era humilhado por estar em um lugar que não era considerado dele, como cita Souza:

> Em relação a raça negra, todos os documentos oficiais omitem esse dado. Tal omissão expressa a existência de um problema social que era preferível desconsiderar. Onde estavam os negros e qual o acesso da população negra nas escolas modelares? (SOUZA, 1998, p.113).

Por mais que os negros fossem a maior parte da sociedade brasileira, era minoria no ambiente escolar, muitos deles nunca entraram em uma escola, estavam a margem da sociedade, lutando pela sobrevivência numa sociedade racista:

> Efetivamente marginalizados no trabalho e na vida social, os negros também estavam excluídos da educação. No entanto, a presença negra não é de todo invisível na escola pública modelar. Nas fotografias de turmas de alunos é possível identificar a presença de uma ou outra criança negra. (SOUZA, 1998, p.113).

Os filhos dos comerciantes urbanos mais ricos e dos senhores de engenho eram os que frequentariam de fato as escolas, por estarem próximos ou poderem ir até elas, por não trabalharem e não terem a necessidade de ajudar na renda familiar, esses eram os que usufruíam da “escolarização para todos”.

> (...) Acesso seletivo, entretanto, voltado para alguns setores, isto é, aqueles mais bem integrados na sociedade urbana e mantendo excluídos trabalhadores subalternos, os negros, os pobres e miseráveis (SOUZA, 1998, p.112).

A oferta da escolarização em massa não era fiscalizada e muito menos possuía vagas para todos de fato, os mais pobres e negros não usufruíam o direito de ao menos serem alfabetizados, estando a margem da educação e da sociedade. Em contrapartida, os mais ricos eram alfabetizados, aprendiam sobre as diferentes ciências, e muitas das vezes iam para o exterior.

O grandioso discurso da escolarização em massa não atendeu a todos, a localidade das escolas em grandes centros urbanos, não beneficiava a maior parte da população brasileira que morava na área rural, as aulas aconteciam durante o dia, horário que muitas crianças estavam trabalhando no campo, esses são exemplos de como a parte mais pobre da população ficou à margem da escolarização. A escola pública atendeu prioritariamente aos filhos da classe dominante que tinham condições de estudar por não trabalharem e estarem próximos aos prédios escolares.

Sendo assim, a escola estava direcionada ao um público restrito, a escolarização não ocorreu em massa, os ensinamentos transmitidos nessas instituições foram reproduzidos pelos mais ricos que se adaptavam ao ambiente escolar e seriam “de fato” cidadãos filhos da República.

## CAPITULO II – A ESCOLA PÚBLICA E OS LIVROS DIDÁTICOS

Minha escola primária...
Escola antiga de antiga mestra.
Repartida em dois períodos para a mesma meninada, das 8 às 11, da 1 às 4.
Nem recreio, nem exames,
Nem notas, nem férias. [...]
Não havia chamada
E sim o ritual
De entradas, compassadas.
'_ Bença, mestra...'[...]
A casa da escola inda é a mesma.
Quanta saudade quando passo ali!
Rua Direita, nº 13. Porta da rua pesada,
Escorada com a mesma pedra da nossa infância.
Porta do meio, sempre fechada.
Corredor de lajes
E um cheirinho de rabugem
Dos cachorros de Samélia.
À direita – sala de aulas.
Janelas de rótulas
Mesorra escura
Toda manchada de tinta das escritas
Altos na parede, dois retratos:
Deodoro, Floriano
(CORALINA, 1985, p. 75-77).

No poema acima, Cora Carolina (1889-1985) descreve suas memórias escolares nos anos iniciais da República (1890-1900), e através dessas memórias é possível identificar várias características do momento escolar da época, como por exemplo, o horário que a escola funcionava, a forma de tratamento dos alunos com a professora, alguns detalhes da estrutura física, onde se localizava, de como os espaços eram divididos, por fim, os retratos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto na parede revelam as marcas do Estado dentro das primeiras escolas republicanas.

Esse capitulo irá narrar a estrutura física escolar, bem como a estrutura pedagógica instituída através dos livros didáticos. As primeiras escolas republicanas foram construídas em prédios monumentais, a arquitetura da instituição demonstrava seu poderio com grandiosidade atraindo a classe dominante, que muitas vezes contratava uma professora na própria casa para ensinar ler e escrever, e quando a criança crescia iria estudar na Europa, por exemplo.

Conhecidos como grupos escolares, os prédios eram designados e classificados principalmente a partir da escolaridade dos estudantes, a idade não interferia de forma significativa uma vez que vários adolescentes foram matriculados nos anos iniciais.

A presença dos livros didáticos foi o que fundamentou a estrutura pedagógica escolar, os livros destinados aos professores eram norteadores para o ensino de como e o que deveria

ser tratado com os alunos. Já os livros dos estudantes eram divididos pelas diferentes ciências (humanas, biológicas e exatas), e todas as atividades propostas tratavam os valores cívicos e morais para a construção do cidadão republicano.

A escola neste período foi destinada à consolidação republicana, ou seja, todos os pilares que a constituía estava à serviço da política. A educação da população mesmo que não totalitária, enraizava ideias republicanos na sociedade, trazia estabilidade política e fortalecia a ideia de um país mais desenvolvido.

## 2.1 As Estruturas Físicas e Pedagógicas das Escolares Republicanas

A escola republicana surge através de padrões físicos e ideais pedagógicos para legitimar essa escolarização em massa, tudo foi planejado para atender as demandas políticas da época, como a consolidação da República e a propagação dos bons costumes cívicos e morais.

Magaldi e Schueler (2009) ressaltam as faces do projeto da escola republicana e como seria possível expandi-lo socialmente:

> Um outro elemento-chave a ser observado no projeto da escola primária republicana diz respeito ao papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança. Mensagens de caráter moralizante e cívico foram amplamente propagadas pela escola pública primária, por meio de formas diversas, como a presença de símbolos patrióticos no dia-a-dia da escola e nas situações festivas, o enlaçamento do tempo escolar ao calendário cívico, as leituras prescritas aos alunos, entre outras. Esse viés civilizador se dirigia a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendendo-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p.45).

Souza (1998), assim como Magaldi e Schueler (2009), reafirma como a escola republicana passaria a ser um ambiente adaptado pelos professores e alunos locais, legitimando um novo espaço de educação. O início desse processo de organização e legitimação da escola pública brasileira possuía objetivos intrínsecos, burocráticos e estruturais:

> O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se em poucos anos. Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças do ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a

> profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, p.49).

A organização dos grupos escolares e as estruturas pedagógicas internas direcionavam as práticas escolares até então inexistente, nascerá uma nova estrutura escolar, tanto física como educacional, alunos e professores estavam incorporados nessa instituição pública.

Não apenas nas estruturas físicas, mas também nos projetos políticos-pedagógicos os grupos escolares ajudaram a consolidar e estruturar o sistema educacional:

> Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber encarnavam, simultaneamente, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (SOUZA, 1998 apud FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25).

A nova cultura escolar a ser compartilhada na República brasileira foi no modelo de grupos escolares que possuíam aspectos próprios das estruturas físicas específicas, profissionais e metodológicas:

> O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros (MAGALDI; SCHUELER 2009, p.43).

A escola por sua vez teria suas atividades geridas sob os interesses políticos, toda a sua estruturação estava sob uma lógica hierárquica desde o trabalho pedagógico, o conteúdo trabalhado e os grupos escolares.

O ensino simultâneo característico nos grupos escolares pela sua sistematização até então inexistente na escolarização brasileira, como as divisões das atividades pedagógicas e o tempo de realização, as idades estipuladas para as tais eram características desse ensino:

> Uma primeira dimensão do tempo escolar alterada foi imposição definitiva do ensino simultâneo. Divididas as classes segundo um mesmo nível de conhecimentos e de idade dos alunos, eram entregues a uma professora, às vezes acompanhada de uma assistente, que deveria propor tarefas coletivas. Cada um e todos os alunos teriam que executar uma mesma atividade a um só tempo (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25).

Outra análise possível da configuração escolar não se dava apenas as divisões burocráticas dos grupos escolares, mas, também um ambiente a ser adaptado em função da escolarização, a forma como o tempo era gerido e administrado, consolidava nesse momento, o espaço e consequentemente o tempo escolar:

> Para fazer cumprir um horário assim determinado, no qual se contavam os minutos e se distribuíam as disciplinas pelos respectivos horários em todos os dias da semana, em todos os anos do curso, pretendeu-se dotar os grupos escolares de normas e instrumentos de controle do tempo e dos horários escolares. Instrumentos como os relógios, as campainhas, as sinetas passaram a fazer parte do material básico dos grupos escolares e, muitas vezes, das escolas isoladas (FARIA FILHO,VIDAL. 2000, p.26).

A escola republicana estava sistematicamente organizada, a doutrinação se dava até na exatidão dos horários e dos dias ofertados. A população até então não era rigidamente controlada, o trabalho se iniciava pela manhã e se findava a noite, nada era tão exato. A escola trazia a organização do tempo, uma reestruturação até então inexistente, os alunos tinham regras a comprimir, atividades a serem feitas, e, a partir de então, aparece na sociedade brasileira as primeiras compreensões do tempo, e como por exemplo, a importância de como utilizá-lo.

A importância em gerir o tempo estava também, ligada aos conteúdos que iram ser trabalhados, as atividades seriam apresentas aos alunos de acordo com os grupos escolares, e por meio dos livros didáticos, além das atividades relacionadas às diferentes ciências, elas trariam intrinsicamente os valores republicanos.

## 2.2 Escola Republicana e os Livros Didáticos

A nova cultura escolar se consolidava aos poucos, as estruturas dos prédios, a divisão dos alunos e dos professores se adaptavam a nova rotina de horários e seus medidores de tempo direcionada pelo governo, já os livros didáticos que serviriam como suporte para essa escola republicana, não existiam de forma significativa. Como afirmam os autores:

> Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente inexistiam nas escolas. Várias fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura(...) (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2000, p.28).

No século XIX, os livros eram escassos e sem cunho pedagógico algum, as leituras eram realizadas através de documentos com enfoque profissional. A escolarização estava a serviço

da consolidação republicana e da criação do novo individual social, os livros, por sua vez, seriam a complementação desse processo, como cita Bittencourt (1993):

> O livro escolar é uma mercadoria que atende aos interesses do mercado, seguindo a evolução das técnicas de fabricação e comercialização (BITTENCOURT, 1993, p.3).

Panizzolo (2006) reforça a importância do livro como influenciador, ou seja, que reproduziu determinados interesses:

> Uma vez que o currículo e as diretrizes para o ensino encontravam-se em fase de construção, muitos intelectuais envolvidos nesse empreendimento desejavam ter seus projetos para o ensino consolidados. Para tanto, empenharam-se na elaboração de materiais que divulgassem e possibilitassem a implementação de suas ideias na escola primária, como, por exemplo, através dos livros escolares (PANIZZOLO, 2006 p. 371).

Os investimentos nas estruturas escolares físicas e no material didático eram importantes para a consolidação da escolarização em massa: os livros didáticos por sua vez, surgiram como o carro chefe para a consolidação de toda a transformação escolar, suas estruturas, autores e ensinamentos foram desenvolvidos propositalmente para a criação do cidadão republicano. Para Oliveira e Souza (2000), os livros eram um suporte para os professores ensinarem a língua e a cultura para os alunos, idealizando o projeto republicano:

> Constituindo-se no único livro didático permitido nas escolas públicas, o livro de leitura compreendia um objeto cultural e era, ainda, um instrumento de ensino da língua e da leitura e um auxiliar do trabalho docente (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p.26).

Os livros de leitura foram considerados objeto cultural, pois realmente foram reprodutores da cultura republicana projetada para a população brasileira a partir de 1889. Como reprodutor geral de conhecimentos, os livros didáticos, estavam para auxiliar o professor, consolidar valores éticos morais republicanos e também fortalecer e dissipar a língua local.

Dessa forma, abordaremos os conteúdos e como esses seriam apresentados nos livros, foram estruturados através de duas grandes séries brasileiras: “Felisberto de Carvalho e Romão Puigarri” (1934) e “Arnaldo de Oliveira Barreto” (1931) os conteúdos se diferenciam, mas, os objetivos eram os mesmos: reproduzirem os signos republicanos.

## 2.3 Educação Escolar e Livros Didáticos: os Conteúdos e as suas Divisões

Com a utilização de livros didáticos nas escolas, os alunos começaram a ser divididos em séries, ou seja, agrupados através do mesmo nível de conhecimento, como afirmam Batista, Galvão e Klinke:

> Ao longo desse processo, vão-se instituindo, também progressivamente, o ensino seriado e o emprego do método simultâneo. De acordo com sua faixa etária e seu nível de conhecimento, os alunos passariam a se organizar em turmas classificadas em séries e o professor ou professora passaria a desenvolver atividades coletivas com eles, utilizando um mesmo material didático (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2000, p. 27).

Os primeiros livros escolares republicanos foram divididos em duas séries: os livros de série graduada eram livros voltados aos primeiros anos escolar, com conteúdo sobre alfabetização e conhecimentos mais específicos, cada um para um respectivo ano letivo, dividido por títulos.

Sendo esses, inicialmente divididos por subséries, a primeira escrita por "Felisberto de Carvalho" (1934) e a segunda por "Romão Puigarri e Arnaldo de Oliveira Barreto" (1931). Como afirma Souza e Oliveira:

> As séries graduadas de leitura compõem-se de três, quatro e até cinco livros (primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto livros de leitura), nos quais estão distribuídos todos os conhecimentos a serem ensinados desde o primeiro até o último ano da escola primária. Cada livro equivale a um ano letivo. Os conteúdos estão divididos por lições ou títulos. As lições são apresentadas com grafias variadas nas formas e nos tamanhos e, geralmente, possuem gravuras (SOUZA; OLIVEIRA, 2000, p. 27).

Segundo Souza (1998), a série de "Felisberto de Carvalho" foi elaborada de forma mais formal, sistematicamente dividida, com saberes mais específicos, com conteúdo mais práticos sobre as ciências naturais, visando à formação futura dos alunos:

> A organização dos conteúdos do programa segue o princípio da concretude e da utilidade. Inicialmente, o programa de 1894 arrola noções básicas das ciências fontes: Física, Química, Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. A partir de 1905, verifica-se uma maior integração dos conteúdos sob a rubrica Ciências Físicas e Naturais – Higiene, compreendendo o estado dos animais conhecidos, tendo em vista o sistema taxionômico: animais vertebrados e invertebrados, domésticos, úteis, nocivos ao homem e à agricultura, aves e insetos, estudo das plantas, as partes do corpo humano. As noções de Física e Química compreendem o estudo sobre o ar, a luz, os minerais, o calor (SOUZA, 1998, p. 15-16).

Estruturalmente os livros eram divididos para facilitar o trabalho do professor e ilustrados para chamar a atenção dos alunos, como afirma Oliveira e Souza:

> Os livros de leitura da sua coleção apresentam-se de uma forma muito atrativa, em tamanho médio manuseável, conforme expressão de Roger Chartier, com capas coloridas, estampando várias gravuras referentes aos assuntos neles tratados. Seu conteúdo está organizado por lições, no sentido de facilitar e orientar o trabalho do professor que utilizava, em geral, uma lição por dia. Todas as lições apresentam gravuras que, segundo o autor, valorizam as obras e, ao mesmo tempo, são eficazes no auxílio do ensino da leitura – tornam as lições atrativas, despertando na criança o desejo de saber acerca do assunto em questão (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p.27).

Já para Panizzolo (2006), a série de Puigarri e Barreto, é composta por livros de leituras mais lúdicas e com valores cívicos e morais introduzidos nas histórias as quais as crianças se identificavam muitas das vezes. O respeito, a empatia, o nacionalismo, os bons costumes e até hábitos de higienes eram transmitidos através dessas leituras:

> A série de leitura caracteriza-se como sendo um trabalho mais didático do que literário, de modo que as lições presentes nos livros têm como objetivo inculcar ideias e valores considerados importantes para a educação das crianças e priorizar a formação destas como leitoras (PANIZZOLO, 2006 p. 371).

Os autores Barreto e Puiggari (1931) eram reconhecidos e respeitados na área da Educação, e influenciaram a educação brasileira pela diversidade do conteúdo e do constante uso da moral:

> Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Puiggari eram professores renomados, autores de diversos livros, e ocuparam cargos públicos. Também escreveram em revistas pedagógicas subsidiadas pelo governo, traduziram textos teóricos e ministraram conferências e palestras. Esses autores foram, à sua época, considerados portadores de uma cultura diferenciada, eram especialistas em assuntos de educação e divulgavam suas ideias por intermédio dos impressos que circulavam no período. [...]. Os “temas” predominantes abordados nos livros da Série Puiggari-Barreto são: a importância do saber escolar e a imagem da escola; moralismo e civismo; higiene e bons costumes. A família é apresentada de maneira bastante idealizada – pai, mãe, filhos, avós e tios, etc. apresentando sempre uma boa convivência. Todos sempre felizes, honestos e carinhosos uns com os outros, há sempre o respeito aos mais velhos e o cuidado amoroso aos mais novos. Alguns pequenos problemas são resolvidos dentro dos padrões da dignidade e da honra. Os pais, tios e avós educam as crianças, preocupando-se em usar palavras mansas e travam comoventes diálogos com estes, repleto de lições morais, amor e demonstração de carinho (PANIZZOLO, 2006, p. 371-372).

Ao contrário dos livros graduados, os livros isolados não são ofertados a uma determinada faixa etária por serem considerados livros de leitura, livros que narravam os saberes populares, histórias inspiradoras, ou seja, histórias que fortalecessem o sentimento nacionalista na população, que inspirariam o novo cidadão republicano. Segundo Galvão, Batista e Kinkle:

> Os livros isolados são aqueles que menos claramente apresentam suas funções escolares. Embora elementos do título e da organização permitam inferir uma destinação escolar, ela não é claramente explicitada por indicações de nível ou série (GALVÃO; BATISTA; KINKLE, 2000, p. 35).

Os livros isolados estavam presentes em todas as séries por apresentarem conteúdos gerais para a consolidação dos signos republicanos, as histórias narradas seriam repassadas pelas diferentes gerações, não estavam engessadas ao saber escolar de determinada ciência, esses livros despertavam a vivencia dos alunos, a realidade que lhes era palpável, ou seja, o conhecimento social.

Em contrapartida, os livros graduados foram sistematicamente planejados para cada nível escolar, as matriculas aconteciam ao longo da infância e adolescência e as escolas ás remanejávamos alunos segundo o seu conhecimento. Esses livros por sua vez, eram divididos em séries, e essas séries por níveis com saberes específicos sobre as diferentes ciências.

## 2.4 Primeiros Livros de Leitura: Anos Iniciais da Escola Pública Republicana

Em suma, nos anos iniciais da República os primeiros livros de leitura foram os livros graduados da série de “Felisberto de Carvalho” e da série de “Puigarri e Barreto” (1931), os quais possuíram estruturas distintas para atender as necessidades das diferentes idades, e também reproduzir signos culturais para consolidar o regime republicano.

A primeira série por sua vez, ressaltava as ciências naturais com conhecimento mais abrangentes sobre natureza e a vida. Já a segunda série trabalhava mais a moral-política-civil, os bons costumes, histórias inspiradoras para o novo cidadão republicano. Por fim, os livros isolados não eram direcionados a determinada faixa etária, eram livros de leituras livres que também reforçavam o projeto republicano para o novo cidadão.

A série de “Puigarri e Barreto” (1931), segundo Souza e Oliveira (2000) eram livros de leitura com forte cunho moral:

> [...] traz no seu corpo apenas assuntos de cunho moral, poesia, histórias do dia-a-dia das crianças na família e na escola e, também, alguns textos de história falando dos feitos patrióticos e dos heróis brasileiros. Nesse estilo, temos a série graduada de leitura Puiggari-Barreto, de autoria dos professores Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto. São séries de leitura que, pelo perfil, eram utilizadas nos momentos destinados às aulas de leitura (SOUZA; OLIVEIRA, 2000, p.28).

Essa série por sua vez, estava intensamente direcionada para a propagação dos valores cívicos e morais, através de narrações inspiradoras exaltavam a República e sentimentos gloriosos como orgulho, respeito, obediência e coragem.

Já a série de Felisberto e Carvalho, de 1934, era:

> [...] graduada de leitura de Felisberto de Carvalho traz uma proposta de ensino a ser sedimentada e incorporada como saber elementar de uma escola que estava se organizando para atender à nova demanda, a qual exigia uma nova postura de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Nesse sentido, o livro de leitura seria o veículo pelo qual seriam transmitidos valores, idéias e concepções de mundo, além de desempenhar o papel de agente auxiliar – e ao mesmo tempo formador – da prática docente [..] As formas utilizadas para conduzir o ensino são, segundo o autor, variadas e inovadoras, porque trazem novas possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos, permitindo ao aluno exercitar e memorizar aquilo que se pretende que ele aprenda (SOUZA; OLIVEIRA, 2000, p.32).

Segundo Souza e Oliveira (2000), a estrutura da série de "Felisberto e Carvalho" (1934) era diferente por apresentar uma certa sistematização do ensino, de como o conteúdo seria trabalhado em sala auxiliando o trabalho do professor para uma aprendizagem mais satisfatória, essa série por sua vez possuía conteúdos sobre as diferentes ciências até então desconhecido pela sociedade brasileira, e através da sistematização dos livros facilitaria o conhecimento além de reforçar os signos republicanos nos alunos.

Ambas as séries possuíram características fundamentais para a propagação e consolidação do ensino nas escolas republicanas, a ideia de escolarização era nova e era necessário se ancorar frente a sociedade até então monárquica, surgiu como uma esperança de um desenvolvimento social sobretudo como consolidador republicano, uma vez que o pais nas últimas décadas do século XIX entrava-se sob forte pressão popular que desencadeou uma grande instabilidade política. A instituição escolar subsidiada com os livros de leituras foi um caminho para criação e consolidação de signos culturais republicanos afim de promover uma política mais estabilizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho consistiu numa retrospectiva histórica da transição Brasil Monarquia para o Brasil República: compreender a crise da monarquia pela a falta de aliados ao regime, a crescente insatisfação popular, a busca da autonomia do Estado com a igreja, a busca por maior participação política popular, por mais reconhecimento profissional militar, e por mudanças sociais, foram cenários responsáveis pelas mudanças políticas e das esferas sociais brasileiras, como citado anteriormente.

No primeiro momento da pesquisa, foi abordada a decadência da Monarquia e como a República se instaurou através dos discursos a favor da nova política, despertando ideais republicanos na população até então desgastada pelo antigo regime. A Monarquia brasileira durante 49 anos foi administrada por D. Pedro II, num cenário político, que estava perdendo o prestigio social, no qual, os apoiadores da Monarquia, em sua maior parte os grandes fazendeiros, se demonstravam insatisfeitos com a abolição da escravatura, a igreja perdia seu lugar de influência sobre o Estado, os militares buscavam maior reconhecimento salarial e profissional, a população em geral, buscava um regime mais democrático, participativo e acessível.

Através de discursos e campanhas republicanas, o desejo por um novo regime crescia entre as esferas sociais, o discurso de maior participação política, dos direitos e deveres a todos, sem exceção, atraía diversos aliados e defensores da república. Após, a Proclamação em novembro de 1889, várias manifestações populares se espalharam pelo país, pela reinvindicação de seus direitos e deveres.

A partir do capítulo II, a pesquisa consiste na narrativa que se dá em torno da escola pública republicana. No fato, de como ela se estruturou nos anos iniciais da República, e seguimos apresentando os livros didáticos de leitura, quais eram as séries, seus conteúdos, suas divisões e autores. Abordamos também, aspectos ocorridos após a Proclamação da República, que contribuíram com o discurso da escolarização em massa a respeito da implantação da escola pública, laica e gratuita.

No entanto, essas escolas surgiram nas grandes cidades, em áreas urbanas, e para um público predominante rico, uma vez que os filhos dos imigrantes trabalhavam e moravam no campo com os pais, e a polução negra vivia à margem da sociedade em busca de condições mínimas de sobrevivência, portanto, a escola era um ambiente para poucos.

A escola teve em seu discurso, o papel de disseminar bons costumes, discursos nacionalistas e noções básicas para um novo cidadão republicano. O novo regime precisava ser

consolidado, a população precisava sentir-se parte dele, defendê-lo, e a escolarização foi um caminho para esse fim. Os professores e os alunos foram instruídos através de livros didáticos: como incorporar novos hábitos ao reconhecer seus direitos e deveres.

Por fim, os primeiros livros didáticos foram das séries graduadas e das séries isoladas, a primeira série se diz a respeito dos livros usados nos primeiros anos escolar, divididos em temáticas, ciências, matemática, linguagem. Já as séries isoladas não era para uma determinada série ou idade, pois eram livros de leituras, de cunho mais livre e com assuntos voltados ao dia a dia do cidadão republicano.

Em suma, ao ressaltarmos o período histórico de transição, o discurso republicano do surgimento da escolarização teoricamente em massa, mas, que por sua vez que não atendeu a todos, como imigrantes e negros.

Destacamos o uso dos livros didáticos como suporte para consolidar a República e criar um novo cidadão republicano que defenderia e ajudaria crescimento na nação.

Portanto, foi através da República, o ponta pé inicial para o nascimento da escola pública brasileira, que mesmo de forma primitiva foi se expandindo lentamente a longo do século XX. Interessante frisar que a escola pública esteve à serviço dos interesses do Estado reproduzindo seus interesses até os dias atuais.

A importância em desenvolver um trabalho com esse tema se dá principalmente no diálogo com as referências no processo de investigação, análise e fundamentação das representações relacionadas à República, à escola republicana, à propagação política e os livros didáticos. Esses aspectos relacionados na pesquisa, nos instiga a uma visão histórica da escola contemporânea.

Analisar um projeto político com o discurso da escolarização em massa, despertou vários questionamentos: Qual o interesse da classe dominante propagar o conhecimento em massa? Que tipo de educação seria essa e para quem seria?

A ideia da escolarização em massa logo é descontruída pela própria estrutura social do século XIX, as escolas foram construídas nos grandes centros urbanos, mas, a maior parte da população vivia em áreas afastadas e rurais, a maior parte da população de crianças e jovens eram os filhos dos imigrantes e de negros, crianças e jovens que trabalhavam para ajudar na renda familiar, ou seja, que não teriam condições de irem até as escolas e de abandonar o trabalho para estudar. Através dessa configuração social é possível analisar que as crianças e jovens que frequentaram as escolas públicas da época foram minoria, pois eram praticamente frequentadores desta escola pública apenas os filhos dos ricos, que viviam na cidade e que não precisavam trabalhar.

A partir dessas informações apresentadas ao longo do trabalho, uma possível análise crítica com os dias atuais se dá através da educação oferecida no Brasil: Quem está nas (melhores) escolas? Quem tem o privilégio de apenas se dedicar aos estudos e a formação profissional? A resposta continua a mesma depois de um século, uma minoria, os filhos dos ricos.

Já em relação aos livros didáticos, os conteúdos foram selecionados no século XIX para reproduzirem os ideais republicanos, ou seja, o que a política esperava da população de uma forma geral. Atualmente não é diferente, os conteúdos apresentados em sala, e os métodos avaliativos do governo limitam o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Os professores são condicionados a uma forma de trabalhar os conteúdos, de forma a promover a reprodução de conhecimentos sem senso crítico, a reprodução se dá em toda instituição principalmente a escolar.

De um modo geral, narrar a realidade do Brasil entre 1889 – 1900 possibilitou vislumbrar uma comparação histórica e política com o Brasil atual e as práticas escolares, a reestruturação do currículo, e também a ameaça de censura que voltou a assombrar as escolas públicas como o projeto “escola sem partido”, limitando o posicionamento do professor em sala sob punição caso não obedeça às novas regras.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, R. Do universo à jabuticaba. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 2010.

BARRETO, A. de O. Introdução. Revista de Ensino, ano I, 1:3-5. Carneiro Junior, M. 1903

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. de O.; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 20, p. 27-27, mai. /ago. 2002.

BELO, M. D. Série graduada de leitura Puiggari-Barreto: artefatos materiais, ideários e práticas na configuração da escola primária paulista (1890 - 1920). Guarulhos, UNIFESP. Relatório científico (FAPESP). Universidade Federal de São Paulo, 2014.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa, Universidade de São Paulo: São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez., 2004.

_____. Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, v. 2, n. 15, 1989.

_____. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CARVALHO, F. Primeiro livro de leitura. 119a ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia., 1934.

CARVALHO, J. M. de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORALINA, C. Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. 9. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

COSTA, E. V. Da monarquia à república: momentos decisivos. 9. ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1987.

COSTA, R. M. da. A implosão da ordem: a crise final do império e o movimento republicano paulista, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2006.

CUNHA, L. A. A universidade temporã: da Colônia à Era Vargas. 2.ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n 14, p. 19-34, 2000.

LEÃO, A. C. O ensino na capital do Brasil. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1926.

_____. O problema do método. [Separata] Boletim de Educação Pública, s/c, s/e, 1932.

_____. Os deveres das novas gerações brasileiras. Rio de Janeiro: Sociedade Editora de Propaganda dos Países Americanos, 1923.

NAGLE, J. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: E.P.U/MEC, 1976

OLIVEIRA, C. R. G. A.; SOUZA, R. F. As faces do livro de leitura. Cadernos Cedes: educação, sociedade e cultura no século XIX; discursos e sociabilidades, 20(52):25-40, 2000.

PANIZZOLO, C. João Köpke e a escola republicana: criador de leituras, escritor da modernidade. São Paulo, SP. Tese (Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 359 p., 2006.

_____. A constituição da infância e da criança civilizada: um estudo sobre a produção político-pedagógica de João Köpke. In.: Encontro de história da educação do Estado do Rio de Janeiro, II, Rio de Janeiro, 2010.

PANIZZOLO, Claúdia; BELO, M. D. Educar a infância para o futuro da nação: uma análise da Série de Leitura Puiggari Barreto (1890¬1920). Educação Unisinos (Online), v. 20, p. 367-376, 2016.

PUIGGARI, R.; BARRETO, A. de O. Primeiro livro de leitura. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

_____. Quarto livro de leitura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo, 2009, v.13, n.26, p.32-55.

SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil**.** São Paulo: Brasiliense. 1963.

SOUZA, R. F. de. Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.40-53.

VEIGA, C. G. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. Revista Brasileira de História da Educação, v.13, n.39, 2005.

VERÍSSIMO, J. 1985. A educação nacional. 3. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 235 p.

WOLFF, S. Espaço e educação. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo: FAU, (1992).